



**TRADUZIR EM PORTUGAL DURANTE O ESTADO NOVO de Teresa Seruya,
Maria Lin Moniz e Alexandra Assis Rosa**

Ivo Rafael Silva
Centro de Estudos Interculturais do ISCAP
Portugal
ivo_rafael@sapo.pt

Após a queda do regime de Salazar e Caetano, que aconteceu com a Revolução de 25 de Abril de 1974, dá-se início à sistematização memorial ou historiográfica do Estado Novo. De acordo com a historiadora Irene Flunser Pimentel, citada precisamente na obra de que aqui tratamos, essa sistematização pode classificar-se em quatro fases: a 1ª caracterizada pelo “estilhaçar violento do espelho da ditadura”, com a finalidade de a “diabolizar” e “destruir os seus alicerces”; a 2ª com o fim do PREC, em que houve um certo “recalcamento e silêncio” em relação ao passado recente; a 3ª fase, marcada pelo levantar de recalcaamentos, e pela abertura dos arquivos de Salazar e da PIDE/DGS; e por fim, a 4ª fase, na qual, segundo a historiadora, se assiste “a uma perspectivação e hierarquização da massa de informações lançadas à opinião pública”.

Nestes 39 anos de publicações relacionadas com a ditadura militar repressiva e persecutória que o país suportou durante mais de quatro décadas, a prática instituída da censura – um dos *esteios* do regime – ocupou naturalmente um lugar de destaque. Não tendo um exclusivo de incidência sobre o formato escrito, mas também radiofónico, teatral e, a partir de determinada altura, televisivo, é sem dúvida bastante mais frequente encontrarmos estudos e obras completas dedicadas à censura, aos livros e à imprensa escrita.

Falar de livros censurados é também falar de tradução e de tradutores. Muito embora esse aspecto em particular seja secundado pela análise aos próprios autores – mais conhecidos, mais mediatizados – e à substância textual das obras visadas, não poucas vezes os tradutores se viram na obrigação de passar à “inexistência”, não assinando as obras que traduziam, ou ainda, tal com alguns autores alvo de censura, obrigados a recorrer a pseudónimo. Isto sem esquecer que, muito mais ontem do que hoje, a função de tradutor sempre foi injustamente menosprezada. A tradução aparecia (aparece?) quase como mera etapa do processo tipográfico, mais do que como parte do processo de produção intelectual, sendo essa função aliás nos dias de hoje equiparável



(em igualdade de deveres e de direitos), em muitos países do mundo, à da própria autoria.

Mas para estas e outras constatações mais pormenorizadas e sustentadas na análise sistematizada, para uma apreciação mais detalhada sobre a condição do tradutor no período do Estado Novo, faltam estudos nas nossas universidades e livros nas nossas estantes. Terá sido certamente no âmbito do reconhecimento dessa premência que surgiu, felizmente, no ano de 2009, uma obra única no âmbito dos Estudos de Tradução, que se dedica exclusivamente e como o próprio título indica, à problemática de *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*.

De 10 a 11 de Julho de 2008, realizou-se na Universidade Católica, o V Colóquio de Estudos de Tradução em Portugal. Desse evento resultou então o livro que aqui se analisa, sob organização de Teresa Seruya, Maria Lin Moniz e Alexandra Assis Rosa. Encontra-se dividido em seis capítulos, contendo cada um deles entre um mínimo de dois e um máximo de quatro artigos. Os autores são investigadores nacionais e estrangeiros, havendo alguns textos publicados em língua inglesa.

Pela própria diversidade de autores, a publicação tem um carácter heterogéneo, versando aspectos distintos que têm em comum o espaço geográfico (Portugal), o enquadramento temporal e respectiva conjuntura política (séc. XX, regime ditatorial do Estado Novo), e a acção directa da Censura sobre a transposição linguística.

A primeira parte – Sociologia da Tradução: teorias e práticas – procura de certa forma fazer uma abordagem às condições sociais da tradução, tendo em vista o possível alcance de uma “sub-disciplina” no âmbito dos Estudos de Tradução, que permitisse identificar, em vários contextos, os factores que pudessem condicionar a prática tradutiva: a *Sociologia da Tradução*. Ainda neste primeiro capítulo, Patrícia Baubeta “inaugura” desde logo o tema central do livro, falando de factores concretos que, no período cronológico estudado, limitaram a prática da tradução no nosso país.

No segundo capítulo – Para uma Arqueologia da Tradução no Estado Novo – a coordenadora Teresa Seruya levanta um dos principais e mais urgentes problemas dos Estudos de Tradução em Portugal: a escassez de *corpus* de obras traduzidas. Já na nossa tese de mestrado¹ tivemos a oportunidade de citar a autora neste mesmo artigo, devido “à necessidade da confluência bibliográfica/memorial de traduções que se encontram dispersas ou mesmo ignoradas, de forma a configurar-se um todo de ‘documentos’ e ‘fontes’ de bom proveito para a investigação”:



A tradução sempre constituiu uma parte significativa dessa [portuguesa] cultura literária, conquanto nem sempre reconhecida e interiorizada. Falta, porém, um “local de memória” que o registre de forma não casuística. É que os livros/traduições publicados provavelmente existem todos ainda, pelo que o seu esquecimento não é irreversível, mas trazê-los da dispersão completa para integrarem um todo, ainda que *in progress*, confere-lhes novo estatuto: por um lado, documento de uma determinada realidade – a da forte presença das culturas estrangeiras na textualidade nacional, por outro a sua constituição como fonte para um leque variado de pesquisas.²

Esta lacuna não é de menor importância, e é mesmo decisiva para que seja hoje tarefa de particular dificuldade traçar um esqueleto fidedigno de o que se traduziu, porque se traduziu, para quem se traduziu e por quem se traduziu em Portugal ao longo da sua História. Obviamente, nem mesmo este *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo* consegue senão a aproximação possível às respostas que urge levantar. Todavia, os respectivos autores, como a própria coordenadora, Teresa Seruya, apontam alguns dos caminhos a trilhar, deixando desde já notícia de projectos em curso para que se alcance finalmente o objectivo da confluência bibliográfica das traduções realizadas no nosso país.

O terceiro capítulo – Meios de Censura – ocupa-se de uma tarefa de grande complexidade, mas cuja abordagem resulta eficaz. Às interrogações ‘quem censura’, ‘quem são os agentes da censura’ e ‘onde se censura’ a historiografia responde hoje com relativa precisão. O problema aumenta quando se pergunta ‘o que se censura’, ‘quais os assuntos e meios objecto de censura’ e ‘censura-se porquê e para quê’. É comum traçar-se um ideia geral daquilo que seria objecto do crivo do regime, designadamente tudo o que se opusesse à política de pendor fascista do regime, tudo o que incitasse à revolta contra o estabelecido, tudo o que fosse associado a ideias progressistas, socialistas, comunistas, tudo o que desse imagem negativa do país, tudo o que contradissesse a informação oficiosa, tudo o que pusesse em causa o poder instalado, tudo o que fosse considerado subversivo e fora das regras morais da religião oficial, tudo o que fosse considerado susceptível de causar “escândalo”, entre outras. Qualquer um destes motivos – aliás notados pelo autor do artigo – está absolutamente dentro do leque de razões que levavam à censura, mas faltou, a nosso ver, sublinhar um importante pormenor. É que a arbitrariedade do “filtro” era tal e de tal forma sentida, que o próprio Presidente do Conselho o chegou a admitir, de forma límpida e aberta, em entrevista ao seu *confidente* António Ferro. António de Oliveira Salazar classificou,

pois, a censura como “uma instituição defeituosa, injusta, por vezes sujeita ao livre arbítrio dos censores, às variantes do seu temperamento, às consequências do seu mau humor.”³ Isto levaria, por ventura, a que numa qualquer noite desinspirada de algum dos censores se pudesse proibir que uma grande obra literária, ou até alguma notícia importante afastada causasse qualquer “perturbação da ordem”, entrasse no nosso país ou se tornasse do conhecimento público.

O capítulo IV – Palcos da Censura – apresenta-nos textos em órbita do “silenciamento” de obras levadas ao palco pela dramaturgia. Das “Encenações do cómico molieresco para a Mocidade Portuguesa Feminina ou a «moral de alcance formativo» de Scapin e de Harpagão”, passando pelas “Marcas de politização em traduções de Marivaux do Portugal pré-revolucionário” ou ainda pela tradução “do jovem Brecht durante o Estado Novo”, os autores evidenciam as principais incidências, surpresas, repressões e proibições, como marcas indissipáveis do aparelho censório também na vertente do teatro.

O quinto capítulo – Encontro de Poéticas –, como o próprio título indica, aborda a vertente da poesia escrita. E aqui é-nos demonstrado, através de exemplos concretos, como a tradução foi também uma ferramenta de manipulação, em obediência, claro está, aos ditames ditatoriais. Simultaneamente, noutros casos também exemplificados, vê-se como algumas obras (*Arte de Amar*, de Célia Pestana, por ex.), apesar do teor passível de ser considerado obsceno, passaram para o público sem serem “beliscadas” pela censura.

A terminar, o sexto e último capítulo – Viagens da narrativa em espaços europeus – mostra-nos, entre outros artigos, como ocorreu, por via, claro está, do contexto político e social, a mudança de público-alvo das traduções das *Viagens de Gulliver* – do original, uma sátira política e social destinada a adultos, para a tradução, um livro infanto-juvenil destinado a crianças. Talvez pudesse ter sido este capítulo, por aquilo que a sua designação parece antecipar, um espaço ideal para o tratamento, por exemplo, das narrativas bélicas de autores estrangeiros sobre Portugal e os portugueses, bem como as respectivas traduções – ou ausência destas – durante o período histórico-cronológico em apreço. Infelizmente, tal não foi o caso.

Em suma, por estabelecer uma imediata correlação entre a transposição linguística e a historiografia, a obra *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo* é um importante contributo para a História do Estado Novo, ao mesmo tempo que se configura como um relevante ponto de partida para a colmatação de uma das mais



evidentes lacunas dos Estudos da Tradução em Portugal: a inexistência de um *corpus* completo e sistematizado de traduções para língua portuguesa. A obra vale não apenas pelo diagnóstico feito, como pelos úteis indicadores de futuro que potenciam possíveis respostas – ou formas de encontrar melhores respostas – para as questões que são hoje pertinentemente levantadas.

BIBLIOGRAFIA

FERRO, A. *Salazar*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1993.

PIMENTEL, Irene F. “A Censura” in MADEIRA, J. *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007, p.33-71.

SERUYA, T. (org.), MONIZ, M. L., ROSA, A. *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009.

SILVA, Ivo Rafael. *Contributos da Tradução para a Historiografia Portuguesa: Reflexões Pré e Para-tradutivas em torno da “Narrativa da Expedição a Portugal em 1832”*. Tese de Mestrado. ISCAP, 2010.

NOTAS

¹ SILVA, Ivo Rafael. *Contributos da Tradução para a Historiografia Portuguesa: Reflexões Pré e Para-tradutivas em torno da “Narrativa da Expedição a Portugal em 1832”*. Tese de Mestrado. ISCAP, 2010.

² SERUYA, Teresa. “Introdução a uma bibliografia crítica da tradução de literatura em Portugal durante o Estado Novo” in SERUYA, T. (org.), MONIZ, M. L., ROSA, A. *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009, p. 72.

³ FERRO, A. *Salazar*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1993, pp. 46 e ss.